

UM BREVE ENSAIO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL – DA COLONIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE*

Joelma Cristina dos SANTOS* *

Resumo: Pretende-se com este artigo analisar a questão agrária no Brasil, partindo do resgate do processo de colonização do país e do contexto em que se deu a formação da pequena propriedade. Outrossim, tratamos da relação agricultura-indústria no período posterior a 1930 e, das mudanças ocorridas na agricultura após os anos 1960. A partir desse período são criadas as condições para a constituição dos complexos agroindustriais. É neste contexto que, finalmente trataremos do sistema agroindustrial do leite, conferindo um destaque especial à atuação desse sistema na região de Presidente Prudente. Através da compreensão da questão agrária brasileira é possível entender as transformações atuais ocorridas nos diferentes sistemas agroindustriais do Brasil.

Palavras-chave: questão agrária; relação agricultura-indústria; modernização da agricultura; sistema agroindustrial do leite.

Resumen: La intención del presente artículo es analizar el problema agrario brasileño, rescatando, como punto de partida, la colonización del país y el contexto en que tuvo lugar la formación de la pequeña propiedad. Así, tratamos de la relación agricultura-industria en el período posterior a 1930 y de las mudanzas ocurridas en la agricultura después de los años 60'. A partir de este

* Artigo desenvolvido e apresentado como atividade avaliativa da disciplina "Perspectivas teóricas da produção familiar no Brasil", ministrada pela Profª Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, durante o 1º Semestre de 2002, no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente e que está sendo aprofundado na elaboração da dissertação de mestrado intitulada "O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP", orientada pelo Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol.

** Aluna do Curso de Pós-Graduação em Geografia na FCTUNESP – Presidente Prudente e membro do GEDRA – Grupo de Estudos: Dinâmica Regional e Agropecuária. E-mail: joelmageo@bol.com.br

período son creadas las condiciones para la constitución de los complejos agroindustriales. Es en este contexto que, finalmente trataremos el sistema agroindustrial lácteo, otorgando destaque especial a la actuación del sistema en la región de Presidente Prudente. A través del análisis de la problemática agraria brasileña es posible entender las transformaciones actuales ocurridas en los diferentes sistemas agroindustriais de Brasil.

Palabras-clave: cuestión agrária; relación agricultura-industria; modernización de la agricultura; sistema agroindustrial lácteo.

1. INTRODUÇÃO

Este texto pretende abordar alguns elementos para a compreensão da estrutura agrária brasileira, bem como de sua formação sócio-espacial, desde os primórdios da colonização brasileira à formação da pequena propriedade. Num segundo momento, será abordada a nova configuração da relação agricultura-indústria no período pós-anos 30 e, em seguida o enfoque será dado à crise agrária brasileira. Posteriormente serão abordadas as mudanças na agricultura brasileira no período pós-64, incluindo a constituição dos complexos agroindustriais.

No que se refere aos complexos agroindustriais, serão traçadas algumas considerações referentes ao sistema agroindustrial do leite no Brasil, sendo que neste item daremos um enfoque especial ao sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente. Este item será seguido das considerações finais, em que trataremos das mudanças efetuadas nesse sistema agroindustrial, bem como de sua relação com a questão agrária no Brasil.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Com o intuito de realizar alguns apontamentos que expliquem a estrutura agrária brasileira, procurar-se-á, inicialmente, discorrer sobre a formação do país, no início de sua colonização. Pode-se dizer que a colonização e a ocupação progressiva do território brasileiro constituíram desde o início, no dizeres de Prado Jr, em um empreendimento mercantil. De acordo com esse autor:

Foi inicialmente para abastecer o comércio europeu de produtos tropicais, bem como de metais preciosos e diamantes que se povoou o território brasileiro, que se estabeleceu e organizou nele uma coletividade humana, e se estruturou a sua vida econômica (PRADO JR, 2000, p.48).

Cabe salientar, que para o abastecimento dos mercados europeus foi utilizada mão-de-obra indígena, sendo que devido à sua insuficiência qualitativa e quantitativa recorreu-se à importação de escravos africanos.

No que se refere à população colonial e a conseqüente apropriação da terra por um segmento dessa população, Prado Jr (2000) ressalta que havia duas categorias fundamentais da população colonial, quais sejam “empresários e dirigentes do negócio, de um lado; trabalhadores e fornecedores de mão-de-obra, do outro”, o que resulta na apropriação da terra pela minoria dos primeiros.

A partir desta constatação pode-se compreender a origem da estrutura agrária brasileira, sendo que a grande propriedade fundiária se constituía no elemento básico do sistema econômico da colonização.

É nesse contexto que alguns autores defendem a existência do feudalismo no Brasil, entre os quais podem ser citados Guimarães e Rangel.

Guimarães (1989) defende que ao colocar os grandes latifúndios nas mãos dos fidalgos, a Metrópole Portuguesa tinha por objetivo implantar no Brasil fundamentos econômicos da produção feudal. Para este autor, eliminar da história do Brasil sua essência feudal é dizer que o país já nasceu capitalista e, desse modo, seria supérfluo à realização de reformas em sua estrutura agrária.

Ainda no que se refere à defesa do regime feudal no Brasil, Rangel (1962) afirma que,

[...] o feudalismo se impôs, antes mesmo do descobrimento – tomou-nos um total de quatro séculos, isto é, até a Abolição-República, sendo a maior parte desse período ocupada pela construção do escravismo (RANGEL, 1962, p. 213).

À veracidade dessas informações se contrapõe Prado Jr., pois para esse autor:

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo

européu [...] não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (PADO JR, 2000, p. 66).

Segundo este autor, ao contrário de se falar em restos feudais, dever-se-ia falar em restos escravistas ou relações de trabalho que precederam as atuais foi o trabalho escravo.

Nesse sentido, concordamos com esse autor, cabendo ressaltar que ao contrário de se falar em feudalismo no Brasil, seria mais adequado falar em relações não capitalistas de produção, pois acredita-se que essas caracterizam de forma mais adequada o que alguns autores denominam de relações semi-feudais.

Desse modo, Martins (1979) afirma que o capitalismo,

[...] na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1979, p. 19 - 20).

É no tocante às relações não capitalistas de produção que enfocaremos a extinção do regime de sesmarias e a ameaça ao monopólio da terra, através da ocupação de terras não cultivadas ou devolutas, além de merecer destaque o regime do colonato, regime este que surgiu na crise do trabalho escravo e que viria a dar origem à pequena propriedade.

2.1. DAS SESMARIAS À FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE

Para que se possa compreender o longo período anterior ao início da formação da pequena propriedade no Brasil, faz-se necessário que se efetive um retrocesso histórico e, dessa forma, daremos um breve enfoque às sesmarias e ao latifúndio monocultor.

As sesmarias, que se constituíam em enormes extensões territoriais eram concedidas aos nobres e favoritos da Coroa ou ainda àqueles que capturavam os índios ou eram leais no serviço à Metrópole. Entretanto, devido ao seu caráter monopolizador, as sesmarias se revelaram incapaz de atingir os

seus objetivos iniciais, os quais eram a disseminação das culturas e o povoamento da terra.

Fato simultâneo à extinção das sesmarias e que ameaçou o monopólio da terra no Brasil foi a ocupação de terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população rural, denominados de posseiros ou intrusos que, de acordo com Guimarães (1989) obrigaram as autoridades do Brasil Colonial a tomarem outras providências para defender os privilégios da propriedade latifundiária.

Tendo a metrópole o interesse de ampliar os objetivos colonizadores, esta confere às sesmarias um novo caráter, ou seja, surge um novo domínio territorial que se constitui nos engenhos e nas fazendas.

Convém salientar que o engenho tornou-se por muito tempo a base econômica e social da sociedade brasileira, sendo que nessa unidade de produção predominava o trabalho escravo. Todavia, a fazenda caracterizava um tipo de latifúndio na maioria dos casos não escravocrata, em que os vaqueiros eram mais independentes e, deste modo, segundo Guimarães (1989) esta fazenda era mais vulnerável à fragmentação.

Pode-se dizer que o último latifúndio a surgir no regime de sesmarias foi o latifúndio cafeeiro no início do século XIX, sendo que em pouco tempo a produção cafeeira superou a produção canavieira e, a partir desse período a economia brasileira passava por um dos períodos mais favoráveis à expansão do capital.

Considerando-se que o principal capital do fazendeiro estava investido na pessoa do escravo, tem-se, com a proibição do tráfico negreiro uma considerável elevação no preço dos escravos e, desse modo, a possibilidade de crescimento da oferta de mão-de-obra se mostrava limitada e, portanto desproporcional ao crescimento da economia cafeeira, conforme enfatiza Martins (1979).

Assim, em 1850 foi oficializada a proibição do tráfico negreiro da África para o Brasil, ocasião em que foi promulgada uma lei que incentivava a imigração de colonos estrangeiros -principalmente europeus – cujo principal objetivo era garantir mão-de-obra para as fazendas de café.

Todavia, foram tomadas algumas precauções referentes às terras devolutas no país, pois essas eram teoricamente sujeitas a simples ocupação por parte dos interessados e, dessa forma, poderia se constituir num entrave à libertação dos escravos, como à vinda dos imigrantes estrangeiros.

Nesse contexto, surgiu a Lei de Terras em 1850, cujos objetivos eram proibir a aquisição de terras por outro meio que não a compra; elevar os preços da terra e; destinar os produtos das vendas de terras à importação de colonos.

Quando a colonização estrangeira foi introduzida no Brasil já haviam sido criadas as condições para a formação da pequena propriedade, uma vez que as invasões de terras virgens ou abandonadas revelavam que não era mais possível deixar de reconhecer a posse como uma forma legítima de ocupação da terra.

Pode-se dizer que a partir de 1840, uma parcela considerável de imigrantes estrangeiros passou a ser requerida pelos cafeicultores paulistas, a fim de substituir o escravo.

A vinda da corte para o Brasil acarretou na necessidade de desenvolver a pequena propriedade, sendo que esta deveria ocupar espaços vazios e, dessa forma, promover a valorização fundiária e, gerar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre o latifúndio e o escravo que, ao mesmo tempo em que se constituía em mão-de-obra para o mercado de trabalho era parte integrante do mercado consumidor, além de se dedicar à produção de gêneros alimentícios, caráter este não assumido pela grande propriedade.

No que se refere à criação de núcleos coloniais, pode-se dizer que uma das primeiras colônias fundadas pelos emigrantes europeus foi Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, a partir de 1818, composta por suíços, os quais receberam lotes de terras para dedicar-se à lavoura de gêneros alimentícios para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, conforme enfatiza Petrone (1982). Essa autora ressalta ainda que nas proximidades do império do Café”, a pequena propriedade só vai progredir a partir da década de 1880, com o grande afluxo de imigrantes, sobretudo de italianos.

Com a vinda dos imigrantes estrangeiros, as empresas de colonização adquirem grande importância, uma vez que a terra já se havia convertido em mercadoria e, estas empresas se dedicavam à venda de pequenas áreas aos cultivadores. Nesse contexto, a pequena propriedade encontra condições de expandir-se, embora com alguns obstáculos, pois o acesso à terra se tornou difícil em virtude da especulação, e dessa forma coube ao imigrante empregar sua força de trabalho nas grandes lavouras de café.

No regime do colonato a igualdade formal entre o colono e o fazendeiro, estipulada mediante a troca de dinheiro pelo produto do trabalho (o café) era a “igualdade” entre compradores e vendedores, contudo, essa igualdade

acobertava uma relação desigual no processo de trabalho, conforme afirma Martins (1979).

Para melhor explicar essas relações nos respaldaremos em outra afirmação desse mesmo autor, que dá a seguinte ênfase ao trabalho no regime do colonato:

O menor dispêndio com a maior parte dos trabalhadores sob regime de colonato não resultava de salários mais baixos pagos aos trabalhadores da lavoura. Resultava de que as relações de produção do colono eram distintas daquelas que vinculavam os demais trabalhadores ao fazendeiro.(...) Era, pois, diretamente no processo produtivo que se travavam relações de trabalho distintas do salariado, que não podiam ser definidas como relações de produção capitalistas (MARTINS, 1979, p. 81).

Embora houvesse uma desigualdade econômica entre o patrão e o colono, este último acreditava que trabalhava para si mesmo, quando na verdade trabalhava para o fazendeiro.

O colono não era um trabalhador individual e combinava a força dos demais membros da família. Este também combinava a produção do café à dedicação do cultivo de outras culturas de subsistência.

Outro sistema que mereceu destaque tanto do governo nacional como dos fazendeiros é o sistema de parceria, que apresentava exigências diferentes da colonização de pequenos proprietários, pois ao contrato de parceria só se sujeitam os colonos que não possuíam dinheiro para pagar suas passagens.

Novas relações de trabalho livre foram progressivamente substituídas pelo sistema de parceria nas grandes lavouras de café e gradativamente introduz-se a modalidade de remuneração por tarefa.

A explosão cafeeira determinada pelos altos preços mundiais gerava a necessidade de atrair um maior número de imigrantes. Todavia, com a superprodução e a violenta queda de preços, os fazendeiros paulistas passaram a quebrar seus contratos com os colonos e de 1902 em diante os colonos estrangeiros começaram a abandonar os cafezais e, em poucos anos as retiradas do país passaram a ser maiores que as entradas.

Guimarães (1989) ressalta que a grande lavoura cafeeira, impulsionada pela necessidade de mão-de-obra havia permitido certas concessões aos colonos estrangeiros. Segundo esse autor, alguns desses colonos

[...] aproveitando-se dessas concessões e valendo-se das fases de altos preços do café, conseguiram tornar-se pequenos proprietários de terras. Uma minoria iria, até, afazendar-se, transformando-se em tão poderosos latifundiários quanto os antigos fazendeiros escravocratas (GUIMARÃES, 1989, p.148 - 149).

Cabe ressaltar que o imigrante teve uma participação importante, tanto na vida econômica e social, como no campo ideológico, trazendo idéias inovadoras, que permeavam as relações sociais, onde estivessem os imigrantes, seja no meio rural como no meio urbano.

A pequena propriedade, além de ter desempenhado um papel importante nas relações sociais e econômicas, demonstrou sua viabilidade mediante a policultura. A policultura, conforme enfatiza Petrone (1982) engrossou os circuitos comerciais de um mercado interno em desenvolvimento. Acrescente-se a isso uma urbanização rápida e uma industrialização em desenvolvimento. É sobre as mudanças engendradas no período urbano-industrial que trataremos no próximo item.

3. NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES AGRICULTURA-INDÚSTRIA NO PERÍODO PÓS-ANOS 30

Neste item buscaremos realizar uma discussão referente ao processo de industrialização da economia brasileira e o papel secundário que foi conferido à agricultura nacional.

Pode-se dizer que a crise de 1929, ou seja, a queda na Bolsa de Valores de Nova York, contribuiu decisivamente para que ocorressem mudanças de grande relevância na economia brasileira.

Assim, Furtado (1980) enfatiza que a produção de café, em razão dos estímulos oficiais recebidos cresceu fortemente na segunda metade dos anos vinte. Contudo, enquanto ocorriam aumentos exorbitantes na produção, as exportações se mantinham estabilizadas. Entre 1927 e 1929 as exportações conseguiram absorver pouco mais da metade da quantidade produzida.

Desse modo, considerando-se que o país dependia essencialmente das exportações de café, ocorre o fim da hegemonia agrário-exportadora e o deslocamento da economia brasileira para o setor urbano-industrial.

Nesse período, surgem as leis trabalhistas, que faziam parte de um conjunto de medidas destinadas à instauração de um novo modelo de acumulação. Com o objetivo de consolidar esse novo modelo de acumulação, a população, especialmente a que afluía às cidades, necessitava ser transformada em exército de reserva. A formação desse exército de reserva era adequada à reprodução do capital que, por sua vez era necessária, do ponto de vista do modelo de acumulação que se iniciava, conforme aponta Oliveira (1976).

A partir dessas mudanças, a agricultura adquire novas funções, quais sejam, suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, além de suprir as necessidades da sociedade urbano-industrial, de modo que favoreça o seu processo de acumulação.

Com essa nova configuração que é dada à agricultura, não se pode deixar de mencionar o problema agrário, o qual é suscetível de solução, como a apontada por Oliveira (1976):

A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições de expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apóiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado [...] (OLIVEIRA, 1976, p.15 - 16).

Com base em Oliveira (1976) pode-se inferir que a agricultura contribuiu para a expansão desse modelo, seja fornecendo força de trabalho ou alimentos, ela desempenhou papel importante no processo de acumulação global da economia. Não obstante, a agricultura tinha representação insignificante como mercado para a indústria, esta influi nas suas condições estruturais, introduzindo novas relações de produção no campo, tornando viável a agricultura comercial devido à formação do proletariado rural.

Após os anos 30 no Brasil, o setor industrial manteve sua hegemonia, uma vez que não houve apoio ao setor terciário, além de perpetuarem relações não capitalistas na agricultura. Os padrões não capitalistas de produção sustentavam o crescimento dos setores capitalistas, que se constituem na garantia da reprodução do sistema.

Desse modo, após 1930 não houve mudanças nas relações básicas do sistema de produção, mantendo-se estável a relação entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção. Do ponto de vista da articulação interna das forças sociais ocorre a substituição das classes proprietárias rurais pelas novas classes industriais burguesas.

Com a emergência da burguesia industrial, os diversos organismos governamentais não apresentaram nenhuma disposição que contemplasse a concessão de créditos, a isenção para a importação de equipamentos, a concessão de créditos e incentivos fiscais destinados ao setor agropecuário. Desse modo, Oliveira (1976) afirma que a acumulação primitiva assentou-se na elevada oferta de mão-de-obra, constituindo uma intensa exploração da força de trabalho.

Pode-se dizer que a implantação de novas relações de produção não foi estendida para o setor rural. As relações de trabalho não capitalistas na agricultura tendem a assegurar a transferência setorial de renda, acarretando a apropriação desse excedente pelo setor de atividades urbanas, o que caracteriza a subordinação do setor agropecuário às atividades urbanas.

Cabe ressaltar que somente após 1933, a economia nacional se recupera da crise e a acumulação industrial passa a ser o fator determinante da economia. Cano (1985) afirma que de 1933 a 1955, a industrialização é restringida, devido à incipiente produção nacional de bens de produção e à continuidade da dependência do setor primário-exportador em determinar a importação desses bens. Apenas após 1956, com a implantação de alguns setores industriais pesados, a renda do setor industrial superará a da agricultura.

Em uma economia em processo de industrialização, cabe ao setor agrícola suprir os bens agrícolas de que carece o sistema, de acordo com as necessidades de seu comércio exterior e; liberar, reter ou reabsorver mão-de-obra conforme as necessidades das próprias atividades agrícolas e dos demais setores do sistema econômico, como é apontado por Rangel (1962).

Nesse item, procuramos caracterizar o período pós-1930 no contexto das mudanças evidenciadas no setor agropecuário e no setor urbano e, no próximo item, procuraremos discutir a crise agrária brasileira.

4. A CRISE AGRÁRIA BRASILEIRA

A crise agrária brasileira que precedeu o processo de industrialização é constituída por problemas próprios e impróprios. Rangel (1962) ressalta que

[...] os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária são anomalias concomitantes, (...) da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a Segunda, em desemprego urbano (RANGEL, 1962, p. 34).

A superprodução ao lado da escassez suscita um problema impróprio, suscetível de solução independentemente da mudança da estrutura agrária.

Para solucionar a crise agrária brasileira há uma prioridade em se tratar os problemas impróprios, pois estes teriam mais condições de equacionar o desenvolvimento econômico do país e são mais passíveis de solução imediata.

Com a industrialização e a crescente formação interna de capital eram absorvidos crescentes contingentes de mão-de-obra e, dessa forma, os efeitos da crise agrária se tornaram menos intensos; uma vez que a população expulsa do campo pela crise agrária era, em parte absorvida pela industrialização e pelo capital social, decorrente de tal processo. Contudo, a crise agrária oriunda da superpopulação rural é colocada como responsável pelo desemprego urbano.

Rangel (1962) ressalta que a solução para os problemas próprios no Brasil é uma profunda crise industrial, porque dessa forma, poderia refluir para o campo parte considerável da mão-de-obra do meio urbano.

Pode-se dizer que ao contrário do que propunha Rangel não ocorreu essa crise industrial - não da forma proposta por Rangel - o que aconteceu é uma especialização cada vez mais exigida pelas indústrias, que acarreta o desemprego de milhares de trabalhadores. Contudo, esses trabalhadores não refluíram para o campo, a não ser através dos movimentos sociais que se disseminaram nas últimas décadas.

Convém salientar que a solução para a crise agrária brasileira não se constituía nas principais metas a serem alcançadas em meados da década de 1950, período em que Juscelino Kubitschek implantou o Plano de Metas, voltado para o crescimento industrial. Assim, dessa época até meados da década de 1960, o setor agrícola permaneceu à margem dos estímulos oficiais.

Todavia, em 1964, sob a estratégia do desenvolvimento capitalista, são abandonados os ideais de reforma agrária no Brasil e a prioridade passa a ser dada à penetração do capitalismo na agricultura, assunto que será focado no próximo item.

5. AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO PÓS-64

Com o intuito de se compreender a questão agrária brasileira na década de 1960 faz-se necessário recorrer a alguns referenciais que facilitem sua interpretação.

Nesse sentido, convém ressaltar que duas correntes principais enfocavam a questão agrária nacional nesse período. Uma corrente concebia a agricultura como entrave ao desenvolvimento, tendo como representantes Celso Furtado, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr, dentre outros. A outra corrente defendia a funcionalidade da agricultura, tendo como principais defensores Ignácio Rangel, Delfim Neto e Rui Muller Paiva, entre outros. Essas duas correntes visavam inserir a agricultura a um novo modelo de desenvolvimento, sobretudo a urbano-industrial, conforme afirma Gonçalves Neto (1997).

O governo federal, a partir da década de 1960, passa a estimular o processo de modernização da agricultura, e surge e se consolida o complexo agroindustrial - CAI - caracterizado pela implantação do setor industrial, produtor de bens para a agricultura.

Segundo Müller (1994) a agricultura é um segmento do complexo agroindustrial que apresenta características próprias e no qual a sociabilidade se alterou significativamente, permitindo-lhe designar por padrão agrário moderno as atividades agrárias industrializadas junto com a tendência a agroindustrialização e com as correspondentes mudanças sociais, políticas e culturais.

Com a constituição dos complexos agroindustriais, a indústria para a agricultura se torna um fator imprescindível para a modernização da agricultura.

Este processo de modernização se apresentou seletivo e discriminatório, tendo privilegiado algumas regiões do país, além de ter beneficiado aos grandes produtores, que tinham facilidade de acesso a máquinas, equipamentos, defensivos agrícolas, além de outros elementos.

Deve-se ressaltar que o Estado foi um grande impulsionador no processo de modernização agrícola nacional. Dentre as mudanças promovidas pelo Estado tem-se a implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que representava crédito a juros reais negativos aos produtores rurais. Data ainda desse período a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1963, que visava estender os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais.

No ano de 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra que, ao mesmo tempo em que oferece as bases institucionais para a realização da Reforma Agrária, contém o princípio da inviolabilidade da empresa rural, conforme demonstra Delgado (1985).

O processo de modernização da agricultura brasileira, que teve início na década de 1960 se estendeu até o início dos anos 80, quando do início da crise que se estendera por toda a década, exercendo impactos consideráveis sobre a agricultura, conforme enfatizamos em outro trabalho (SANTOS, 2002).

De um modo geral, o processo de modernização da agricultura determinou a valorização das terras e, conseqüentemente, sua concentração. Desse modo, pode-se concluir que, ao mesmo tempo em que a modernização agrícola gerou riquezas, também gerou miséria, engendrando, dessa forma, um processo característico do desenvolvimento capitalista.

Objetivou-se, neste item caracterizar brevemente o período pós-60, em que ocorreu o processo de modernização da agricultura e a consolidação do complexo agroindustrial. E é no que se refere aos complexos agroindustriais que no próximo item trataremos do sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente.

Procurou-se até esse momento discutir a questão agrária brasileira, através de uma análise histórica, em que contemplamos diversos períodos de nossa formação sócio-espacial. Convém salientar que toda essa análise foi de grande relevância no sentido de facilitar a compreensão de algumas mudanças que vem sendo evidenciadas no sistema agroindustrial do leite, que será abordado com mais detalhes no item seguinte.

6. O SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO BRASIL: O CASO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Para que possamos compreender a estruturação do sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente - SP é necessário à

compreensão de sua estruturação no país, de um modo geral. Nesse sentido, cabe mencionar as mudanças recentes pelas quais passou o sistema agroindustrial do leite no Brasil.

As empresas agroindustriais se expandiram nos anos 1970 e se consolidaram nos anos 1980, sendo que ocorreram renovações na indústria de alimentos no Brasil e os setores de produção e processamento de leite receberam um grande volume de capital estrangeiro, demonstrando o vigor do mercado de laticínios no Brasil.

O sistema agroindustrial do leite no Estado de São Paulo e em todo o país vem passando por significativas reformulações, desde o final dos anos 1980, em decorrência da abertura do mercado nacional à concorrência internacional, da desregulamentação do setor pelo governo federal e da importação sistemática de leite e derivados dos parceiros do Mercosul (SANTOS, 2002).

Além dessas mudanças, os laticínios têm se mostrado mais exigentes, deixando de coletar o leite em galões e exigindo que o produto seja resfriado na própria unidade de produção.

A implantação da coleta a granel reduz os custos de captação do produto, dispensa postos de resfriamento, aumenta a produtividade e possibilita a obtenção de um leite de melhor qualidade, conforme enfatiza Bortoleto & Chabaribery (1998).

Diante desse novo quadro de competitividade os produtores não especializados são os primeiros a sofrerem as conseqüências, uma vez que não dispõem de recursos para se adequarem às novas exigências.

Uma outra mudança que pode ser verificada, principalmente na última década refere-se ao aumento relevante do consumo do leite esterilizado - longa vida ou leite UHT - que é oferecido a preços muito próximos aos leites B e C, além de ter um caráter de praticidade que é muito aceito no mercado, podendo ser conservado e armazenado por até seis meses.

Em decorrência do elevado e rápido crescimento da produção de leite e das transformações ocorridas no sistema agroindustrial do leite nos anos de 1990 diversas empresas transnacionais estão atuando nesse sistema no Brasil.

Cabe ressaltar, que embora tenham ocorrido diversas mudanças no sistema agroindustrial do leite na última década, a produção primária é dominada por produtores não especializados, que produzem geralmente pequenos volumes de leite a baixo custo e qualidade, além de se dedicarem a outras

atividades, como a venda de animais mestiços e de corte, conforme é focado por Galan & Jank (1999).

Outra questão que compromete o sistema agroindustrial do leite é o mercado informal ou clandestino, em que o leite é produzido e comercializado sem qualquer fiscalização quanto às normas e padrões de qualidade.

Galan & Jank (1999) traçaram algumas perspectivas para o sistema agroindustrial do leite nos próximos anos. Segundo esses autores, o Brasil continuará a importar produtos lácteos, principalmente do Mercosul; haverá um aumento na concentração do setor industrial, que engendrará o desaparecimento de muitos laticínios e a ampliação da coleta a granel e as exigências nos padrões de qualidade deverá provocar o desaparecimento de milhares de produtores.

No que se refere à concentração do setor, esta pode ser evidenciada através de alguns dados disponibilizados na Revista Globo Rural de Fevereiro de 2002. Assim, Cerri (2002) enfatiza que apenas 12 empresas captam mais de 50% do leite fiscalizado no Brasil, três distribuem 45% do produto, duas detém metade do mercado de iogurtes, duas controlam 50% do longa vida e uma vende 50% do leite em pó.

De acordo com Vilela (2002) o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo e cresce a uma taxa anual de 4%, estando o leite entre os seis primeiros produtos mais importantes da agropecuária brasileira, ficando à frente de produtos tradicionais como o café beneficiado e o arroz.

Devido às mudanças ocorridas no sistema agroindustrial do leite ao longo dos anos 1990, o consumidor brasileiro tem a sua disposição uma diversidade de produtos lácteos provenientes de diversos países e regiões e, dessa forma, uma parcela considerável da população se torna mais exigente, no que concerne à qualidade dos produtos.

A produção de leite desempenha um papel relevante na agropecuária nacional, o que repercute no quadro social do país, no que se refere à geração de empregos, considerando-se que o Brasil tem hoje acima de um milhão e cem mil propriedades que produzem leite, ocupando diretamente 3,6 milhões de pessoas.

O Brasil é um dos grandes produtores de leite do mundo, sendo que sua produção se elevou de 14,5 bilhões de litros em 1990 para 21 bilhões de litros em 2001. Contudo, a produtividade média por vaca é baixa, cerca de 2 a 3 litros/dia/vaca.

Quanto ao consumo interno de leite, este é de cerca de 140 litros *per capita*/ano e, embora seja considerável, ainda está abaixo do que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 220 litros *per capita*/ano.

Ao se discorrer sobre as mudanças ocorridas no sistema agroindustrial do leite, torna-se importante fazer referência ao Mercosul, pois há empresas argentinas e uruguaias investindo no Brasil. Essas empresas, cujos investimentos visam atingir o mercado brasileiro, são responsáveis pelo aumento da competitividade no Mercosul.

Para Fonseca & Moraes (1999), o Mercosul estimula o aumento da produtividade entre os produtores brasileiros, sendo que o crescimento das transações de produtos lácteos entre os países do Mercosul se deve à expansão do mercado interno brasileiro.

No Brasil não há incentivo para que os produtores de leite possam competir em condições de igualdade como os demais países do Mercosul, pois as políticas públicas prejudicaram o setor leiteiro nacional, favorecendo a importação do leite e derivados lácteos.

Cabe ressaltar que o governo federal criou o PNMQL (Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite), que contempla as linhas de financiamento para investimentos e a regulamentação da produção de leite, através da Portaria Ministerial Número 56.

As medidas de maior impacto deste programa são as exigências de resfriamento do leite na propriedade, coleta a granel, normas para a produção de leite que extinguem a classificação atual (A, B e C), revisão do sistema de inspeção de qualificação e habilitação de mão-de-obra envolvida na produção e transporte de leite cru, conforme salienta Otani et al (2001).

Pode-se dizer que a coleta a granel de leite refrigerado - uma das exigências da Portaria 56 - vem se expandindo cada vez mais, pois alguns laticínios, sobretudo aqueles pertencentes às grandes empresas, exigem o tanque de expansão como princípio básico para a continuidade da coleta de leite.

Entretanto, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente o tanque de expansão ainda é pouco utilizado pelos produtores de leite, mas diante das exigências decorrentes da coleta a granel o uso deste equipamento é cada vez mais freqüente entre os produtores, sobretudo os médios e grandes, sendo que alguns laticínios já estão promovendo o financiamento do tanque em até 60 meses. Contudo, a tendência da maioria dos produtores - que é constituída por pequenos - é de deixarem de entregar o produto por não terem

condições de adquirir o referido equipamento, conforme é apontado por Santos (2002).

A produtividade na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente é baixa e, correspondendo à média nacional, esta se situa entre 2 e 3 litros/dia/vaca, sendo que a raça predominante nessa região é a raça mista e, segundo Stevanato (2002) essa preferência se deve ao fato de que esses animais, possuem características tanto para a produção de leite, como de carne e são mais resistentes às condições climáticas e menos exigentes com a alimentação, contudo a produtividade desse rebanho, no que concerne ao leite é menor que o de outras raças.

Encontram-se instaladas na microrregião acima citada empresas de médio porte, que tem mostrado adequada capacidade em se reestruturar, como a Vigor, a Líder e a COOLVAP (Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema), sendo que esta última é a principal empresa responsável pelo processamento industrial do leite nessa região, processando 50% do leite aí produzido.

A maioria dos produtores de leite dessa região é constituída por pequenos produtores, ou seja, produzem menos de 200 litros/dia, e acredita-se que diante das atuais exigências, grande parte desses produtores, serão excluídos desse processo e, provavelmente, em pouco tempo não mais estarão integrados ao sistema agroindustrial do leite.

De um modo geral, o sistema agroindustrial do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente apresenta alguns problemas, como a não especialização da produção, a incipiente mecanização, a expressividade do comércio informal, além de uma reduzida organização dos produtores.

Procurou-se nesse item, caracterizar o sistema agroindustrial do leite no período pós-anos 1980, buscando enfocar as principais mudanças ocorridas nesse período e suas conseqüências para os pequenos produtores e pequenos laticínios. Outrossim, foram realizadas algumas considerações sobre o sistema agroindustrial do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, buscando demonstrar que o mesmo apresenta algumas fragilidades se comparado ao restante do país. Desse modo, uma das alternativas para que os pequenos produtores continuem inseridos nesse sistema é a organização em cooperativas ou associações.

No próximo e último item, procurar-se-á traçar as considerações finais deste ensaio, buscando relacionar o sistema agroindustrial do leite no Brasil com a questão agrária, visando demonstrar de que forma o entendimento dessa questão facilita a compreensão das mudanças efetuadas no setor lácteo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da formação sócio-espacial do Brasil é essencial para o entendimento da estrutura agrária brasileira. Percebe-se que sua estrutura agrária expressa as condições necessárias à reprodução do modo de produção vigente.

O resgate da formação da estrutura agrária nacional, desde o início do regime de sesmarias, até a formação da pequena propriedade demonstra que esse foi um longo período voltado para os interesses do sistema latifundiário e que a pequena propriedade surge da necessidade de promover a valorização fundiária, além da necessidade da produção de gêneros alimentícios, não fornecidos pela grande propriedade.

No período pós-30 verifica-se que a indústria se torna o carro chefe da economia nacional, e à agricultura foi conferido um papel secundário, sendo que esta contribuiu para a expansão desse modelo urbano industrial através do fornecimento de mão-de-obra e do fornecimento dos bens agrícolas necessários.

A crise agrária brasileira, que tinha como possível solução a mudança da estrutura agrária, não foi de todo solucionada, pois até os dias atuais o latifúndio, bem como os seus proprietários representam, tanto do ponto de vista político como econômico, uma grande força, capaz de determinar o funcionamento das relações de produção no campo.

As mudanças ocorridas na agricultura nacional a partir da década de 1960 demonstram que o Estado foi o grande impulsionador desse processo, seja através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, ou da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural ou ainda através da promulgação do Estatuto da Terra. Outro feito dos anos 1960 foi a constituição dos complexos agroindustriais, em que a indústria para a agricultura foi imprescindível para a modernização desta última.

O resgate de todas essas transformações pelas quais passou a agricultura brasileira foi fundamental para compreender o contexto em que surgiu e se consolidou o sistema agroindustrial do leite, ou seja, os anos 1980.

Nesse período, o Estado se retira, não mais incentivando a agricultura, como nos anos 1960 e 1970, contudo os setores de produção e processamento de leite receberam nos anos 1980 um grande volume de capital estrangeiro, demonstrando o vigor desse sistema agroindustrial desde então.

Nos anos 1990, o sistema agroindustrial do leite passou por uma série de reformulações, devido à abertura da economia nacional ao mercado internacional, à desregulamentação do setor pelo governo federal e à importação de produtos lácteos do Mercosul.

Nesse início de década e de século esse sistema agroindustrial passa por novas reformulações, as quais se referem principalmente a exigências técnicas e de qualidade do produto. Dessa forma, cabe às empresas e aos produtores se adequarem a essas novas exigências, com o intuito de que o sistema agroindustrial do leite nacional se torne mais dinâmico e competitivo.

É necessário que se compreenda que a reestruturação pela qual vem passando o sistema agroindustrial do leite integra um conjunto de mudanças que vêm afetando toda a agroindústria nacional, em que a integração com o mercado é cada vez mais acirrada.

Nesse sentido, é importante refletirmos sobre a questão agrária brasileira, pois através de seu entendimento é possível compreender as diversas mudanças pelas quais passam os diferentes sistemas agroindustriais nacionais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLETO, E.E. & CHABARIBERY, Denise. Leite e derivados: entraves e potencialidades na virada do século. **Informações Econômicas**, v.28, n.9, p. 25-36, set. 1998.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CERRI, Cláudio. Eficiência sem preço. **Revista Globo Rural**, ano 17, nº 196, p.35-45, fev. 2002.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. ÍCONE/UNICAMP, 1985. 240p.

FONSECA, M.G.D. & MORAIS, E.M. Indústria de leite e derivados no Brasil: uma década de transformações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n.9, p.7-29, set. 1999.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GALAN, V.B. & JANK, M.S. Competitividade do sistema agroindustrial do leite. In: FARINA, E.M.M.Q. & ZYLBERSTAJN, Décio. **Competitividade no**

- Agribusiness Brasileiro**. Disponível em: (<http://www.Fea.usp.br/Fia/pensa/pensa12.html>).
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **A Questão Agrária Brasileira: vinte anos de debate (1960-1980)**. In: **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, p.52-113, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MÜLLER, Geraldo. São Paulo: o núcleo padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J.A. et al. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, 1994, p.221-237.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Editora Brasiliense. Edição CEBRAP, 1976.
- OTANI, M. N. et al. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v.31, n.4, p. 43-74, abril, 2001.
- PETRONE, Maria T.S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- PRADO JUNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, In: **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p.15-85, 2000.
- RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária Brasileira**. Recife: CDEP. 1962.
- SANTOS, Joelma Cristina. O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente. Projeto de mestrado apresentado à FAPESP. Presidente Prudente, maio/2002.
- _____. O sistema agroindustrial do leite no município de Martinópolis - SP. Relatório final de pesquisa de iniciação científica-financiada pela FAPESP. Presidente Prudente, março/2002.
- STEVANATO, Adriana Salas. A produção de leite na região de Presidente Prudente - SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). Dissertação de mestrado. FCT/UNESP - Presidente Prudente, 2002.
- Vilela, Duarte. **Leite: bom para a saúde e melhor ainda para a economia brasileira**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.milkpint.com.br>. Acesso em 02 de abril de 2002.

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.